

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: UnimedHall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Orbis Seguros, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem:

a) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

b) As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 28).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos ("naming rights") são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e "merchandising" são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019**t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidênciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos contábeis de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidênciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019**u) Apresentação de relatórios por segmento**

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras (nota explicativa nº 29.3.b).

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado o seu valor justo com base no modelo “Monte Carlo” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 32).

x) Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Bens de Direito de Uso) e passivo (Passivos de arrendamento) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possuam valor imaterial ou que tenham como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, no qual resulta em uma redução no início do exercício, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e estão em vigor para o exercício de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) Normas que se tornaram efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019

CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos: Aplicável para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Arrendamentos. O Pronunciamento altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possuam valor imaterial ou que tenham como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionadas a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 2.1(h) e 36, respectivamente.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos "swaps" e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3 (I.)). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2019	2018		2019	2018
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Bizarro Producciones SpA.(b)	-	60,00
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
PLF Eventos S.A.(a)	60,00	-			

(a) Em 04 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 60% de controle da PLF Eventos S.A.

(b) Durante o primeiro trimestre de 2019, conforme previsto no acordo de acionistas, a Companhia optou pela descontinuidade do investimento nessa controlada.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019			2018		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Controladas:						
Time for Fun Mídia Ltda	588	1.811	-	1.201	842	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	18.692	35.074	4.388	5.374	13.184	5.444
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	16.707	2.314	597	18.068	2.867	2.130
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	71.450	18.497	15.281	66.470	15.441	22.014
T4F USA Inc.	3.311	1	-	3.084	2	-
Ticket Co. SpA	17.841	8.986	4.873	21.050	12.367	9.936
Vicar Promoções Desportivas S.A.	12.244	5.905	24.450	14.056	5.037	28.448
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	5.962	8.992	-	5.629	8.167	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	-	950	11.315	79.273	74.768	105.008
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	9.671	14.657	25.693	24.095	27.233	39.814
PLF Eventos S.A.	4.344	2.490	7.744	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

- PLF Eventos S.A. - tem por objeto a produção e promoção de espetáculos musicais, entre shows e festivais de música, a comercialização de ingressos; o comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, e comércio de mercadorias diretamente relacionadas a indústria do entretenimento, dentre brindes e materiais promocionais em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos (c)	12.919	15.822	18.457	24.961
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	125.000	108.668	160.646	146.705
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	487	15.281	8.982	15.956
Operação compromissada - DI (b)	-	8.267	230	9.329
Time deposit (e)	16.334	-	16.334	-
Total	154.740	148.038	204.649	196.951

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Crédito Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 100% da variação do CDI (85% a 100% em 31 de dezembro de 2018), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 3% ao ano sem prejuízo de resgate.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet. Em 31 de dezembro de 2019 não existe valor restrito em caixa na controladora e no consolidado (R\$ 4.137 em 31 de dezembro de 2018).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cientes faturados (i)	15.717	17.630	24.306	28.848
Bilheteria (ii)	33.692	54.804	36.643	83.548
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	17.706	15.553	24.050	33.836
Total das contas a receber	67.115	87.987	84.999	146.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(582)	(534)	(8.090)	(4.989)
Total	66.533	87.453	76.909	141.243

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer:	64.633	82.713	70.952	129.742
Vencidas:				
Até 30 dias	1.300	3.538	4.910	4.544
De 31 a 60 dias	587	327	972	1.297
De 61 a 90 dias	13	875	75	1.017
De 91 a 180 dias	15	23	49	582
Há mais de 180 dias	567	511	8.041	9.050
Total das contas a receber	67.115	87.987	84.999	146.232

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	534	4.989
(+) Adições	54	5.396
(-) Reversões e baixas	(6)	(2.295)
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	582	8.090

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ/CSLL - antecipações	2.094	2.795	2.297	4.803
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.150	287	8.053	4.212
Programa de Integração Social - PIS	116	-	186	31
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	519	-	835	135
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.175	4.513
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	185	517
Outros	2.477	2.259	3.497	3.846
Total	10.356	5.341	19.228	18.057

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.885	27.541	5.535	31.536
Outros	764	996	1.064	4.585
Total	2.649	28.537	6.599	36.121

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Eventos, shows e espetáculos contratados	44.049	30.672	45.943	41.320
Outros	1.721	1.933	2.243	3.909
Total	45.770	32.605	48.186	45.229
Circulante	34.198	17.218	36.614	29.842
Não Circulante (i)	11.572	15.387	11.572	15.387

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados entre 2021 a 2024.

As parcelas para a apropriação ao resultado para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
1º trimestre de 2020	369	370
2º trimestre de 2020	9.405	9.601
3º trimestre de 2020	21.939	22.401
4º trimestre de 2020	764	1.999
A partir de 2021	11.572	11.572
	44.049	45.943

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Coparticipação de shows(i)	-	22.975
Bilheteria a receber de terceiros (ii)	3.609	4.957
Reembolso de Contingências (iii)	1.289	3.329
Outros	393	336
	5.291	31.597

(i) Em 31 de dezembro de 2018, referem-se aos valores registrados, substancialmente, a créditos a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento S.A. e Eventos Bizarro. No primeiro trimestre de 2019, esse montante foi revertido, conforme nota 5.

(ii) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(iii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 20) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

13. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

		2019			2018		
	Categoria	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	30	-	-	30	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista	6.213	-	799	5.413	-	562
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	Controlada	18.541	-	(2.921)	12.111	-	(3.988)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	1.875	-	(209)	2.085	-	(378)
T4F Chile S.A. (ii)	Controlada indireta	-	25.066	(1.706)	-	23.359	(4.165)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (vi)	Controlada	2.337	-	142	15.400	-	94
T4F USA Inc. (iii)	Controlada	-	3.213	(236)	-	2.976	(541)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	835	-	979	400	-	915
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	Controlada	4.710	-	481	4.196	-	890
PLF Eventos S.A.	Controlada	1.204	-	(410)	-	-	-
Total		35.745	28.279	(3.081)	39.635	26.335	(6.611)

Consolidado:

Categoria	2019		2018		
	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	6.584	799	5.917	562
ACT Peru S.A.C	Outras partes relacionadas	1.925	-	1.702	-
Eventos Bizarro SpA.	Outros	-	-	(230)	-
Total		8.509	799	7.389	562

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$ 6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$ 2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 e em abril de 2019 a companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 com taxa anual de atualização de LIBOR+3%. Em abril de 2019, após amortização, o valor do montante passou a ser de US\$ 1.210.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4% a.a. Em abril de 2019, após amortização, o valor do montante passou a ser de US\$ 1.123.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2019				2018			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	329	-	-	329	381	-	-	381
Conselho Fiscal	320	-	-	320	218	-	-	218
Diretores estatutários	4.621	1.347	826	6.794	3.712	2.973	863	7.548
Total	5.270	1.347	826	7.443	4.311	2.973	863	8.147

Consolidado	2019				2018			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	329	-	-	329	381	-	-	381
Conselho Fiscal	320	-	-	320	218	-	-	218
Diretores estatutários	4.936	1.347	826	7.109	4.691	3.524	863	9.078
Total	5.585	1.347	826	7.758	5.290	3.524	863	9.677

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite anual da remuneração global dos administradores na controladora foi fixado em R\$ 11.232 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2019

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	(1.223)	(1.582)	99,99	(1.582)	(1.223)	-
PLF Eventos S.A.	1.854	(1.481)	60,00	(889)	(829)	1.941
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(16.382)	(8.572)	99,99	(8.572)	(16.382)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(4.986)	(2.226)	98,29	(2.226)	(4.986)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.393	(809)	99,99	(809)	-	14.393
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	52.953	(21.022)	100,00	(21.022)	-	52.953
T4F USA Inc.	3.310	102	100,00	102	-	3.310
Ticket Co. SpA.	8.855	533	100,00	533	-	8.855
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(3.030)	(403)	60,00	(242)	(1.854)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(950)	(5.527)	100,00	(5.527)	(950)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	6.339	(2.680)	85,00	(2.278)	-	5.390
Adiantamentos para futuro aumento de capital				-	-	63
Total				(42.512)	(26.224)	86.905

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

a.2) 31 de dezembro de 2018

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	359	36	99,99	36	-	359
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(7.810)	(5.947)	99,99	(5.947)	(7.809)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(3.138)	(8.884)	98,29	(8.884)	(3.138)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	15.201	722	99,99	722	-	15.200
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.030	(6.164)	100,00	(6.164)	-	51.030
T4F USA Inc.	3.082	106	100,00	106	-	3.082
Ticket Co. SpA.	8.683	1.509	100,00	1.509	-	8.683
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(2.538)	(903)	60,00	(542)	(1.523)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	12.434	3.613	100,00	3.613	-	7.459
Vicar Promoções Desportivas S.A.	9.019	394	85,00	335	-	7.667
Total				(15.216)	(12.470)	93.480

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

	Controladora 2019	Controladora 2018
Saldo inicial do investimento líquido	81.010	86.010
Equivalência patrimonial	(42.512)	(15.216)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	8.412	(495)
Ajustes de conversão	58	(985)
Ajustes de conversão - (hiperinflação)	14.604	11.932
Dividendos de controladas	-	(236)
Aquisição de investimentos	2.064	-
Perdas com investimentos (nota 5)	(2.955)	-
Saldo final do investimento líquido	60.681	81.010
Provisão para perdas em investimentos em controladas	26.224	12.470
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	86.905	93.480

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iii)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
PLF Eventos S.A	999	-	999	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (iv)	-	1.771	-	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (v)	-	-	14.052	690
Total	109.715	110.487	123.767	111.177

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são as que seguem:

	2019			2018		
	Brasil	Argentina	Chile	Brasil	Argentina	Chile
Cálculo do CAPM & WACC						
Risk Free	1,8%	1,8%	1,8%	2,7%	2,7%	2,7%
Market Risk Premium	3,3%	3,9%	3,1%	6,9%	10,3%	3,7%
Beta	112,0%	112,0%	112,0%	102,0%	102,0%	102,0%
Country Risk (bps)	2,5%	7,5%	0,6%	4,2%	7,6%	1,0%
Income Tax Rate	34,0%	35,0%	26,0%	34,0%	35,0%	26,0%
Before Tax Cost of Debt	6,1%	0,0%	0,0%	8,9%	22,0%	5,4%
Kd	4,0%	0,0%	0,0%	5,9%	14,3%	4,0%
Ke	8,0%	13,6%	5,8%	13,9%	20,9%	7,4%
WACC	6,9%	13,6%	5,8%	13,0%	20,1%	7,0%

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(iv) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$ 2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$ 241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$ 1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2019, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, o valor remanescente foi reconhecido como perda por redução ao valor recuperável, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado.

(v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	72	110
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	77.420	76.749	109.730	115.710
Móveis e utensílios	4.198	4.363	8.150	7.653
Máquinas e equipamentos	13.580	13.846	19.810	18.492
Equipamentos de processamento de dados	5.867	6.526	10.108	8.834
Estruturas	9.644	9.196	9.782	9.348
Veículos	746	843	5.938	6.035
Bens de direito de uso	28.831	-	45.486	-
Imobilizado em andamento	117	117	120	120
Total	140.403	111.640	209.196	166.302

		Taxa média anual de depreciação e amortização - %			
		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(75.343)	(74.832)	(103.113)	(107.992)
Móveis e utensílios	6	(3.360)	(3.369)	(6.905)	(6.120)
Máquinas e equipamentos	13	(10.473)	(9.959)	(15.623)	(13.477)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.158)	(6.142)	(9.027)	(7.939)
Estruturas	15	(9.156)	(9.008)	(9.238)	(9.094)
Veículos	20	(547)	(555)	(5.734)	(5.689)
Bens de direito de uso	20	(8.493)	-	(11.733)	-
Total		(112.530)	(103.865)	(161.373)	(150.311)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	72	110
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.077	1.917	6.617	7.718
Móveis e utensílios	838	994	1.245	1.533
Máquinas e equipamentos	3.107	3.887	4.187	5.015
Equipamentos de processamento de dados	709	384	1.081	895
Estruturas	488	188	544	254
Veículos	199	288	204	346
Bens de direito de uso	20.338	-	33.753	-
Imobilizado em andamento	117	117	120	120
Total	27.873	7.775	47.823	15.991

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Custo	-	11.543	11.796	16.616	17.401
Amortização	20	(10.865)	(9.863)	(13.235)	(14.288)
Total		678	1.933	3.381	3.113

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2019		2018	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	456	(376)	80	114
Máquinas e equipamentos	1.893	(1.153)	740	981
Equipamentos de processamento de dados	171	(118)	53	57
Equipamentos Aurolights - incorporação	158	(147)	11	22
	28.012	(27.128)	884	1.174
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(300)	(398)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			584	776

Consolidado:

	2019		2018	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.006	(902)	104	159
Máquinas e equipamentos	3.644	(2.517)	1.127	1.419
Equipamentos de processamento de dados	226	(171)	55	60
Equipamentos Aurolights - incorporação	158	(147)	11	22
	30.368	(29.071)	1.297	1.660
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(441)	(564)
Eliminações do consolidado			(272)	(320)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			584	776

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

d) Muta  o do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	7.775	9.412	15.927	15.697
Ado��o inicial - IFRS16/CPC 06 (R2) ⁽¹⁾	21.458	-	37.254	-
Adi��es:				
Obras civis, instala��es e benfeitorias em propriedade de terceiros	1.081	375	1.148	524
M��veis e utens��lios	110	3	138	10
M��quinas e equipamentos	211	226	253	228
Equipamentos de processamento de dados	536	107	1.657	361
Estruturas	450	-	450	-
Bens de direito de uso	7.278	-	7.278	-
Total de adi��es	9.666	711	10.924	1.123
Baixas l��quidas	(500)	(198)	(536)	(1.234)
Deprecia��o	(2.128)	(2.150)	(3.390)	(4.139)
Remensura��o bens de direito de uso	95	-	955	-
Amortiza��o - Bens de direito de uso ⁽¹⁾	(8.493)	-	(11.732)	-
Efeitos de varia��o cambial	-	-	(1.579)	(575)
(-) Corre��o monet��ria na Argentina.	-	-	-	5.119
	(11.026)	(2.348)	(16.282)	(829)
Saldo final	27.873	7.775	47.823	15.991

(1) Ado  o inicial - IFRS16/CPC 06 (R2) em 1  de janeiro de 2019

A Companhia ofereceu como garantia equipamentos de processamento de dados, m  quinas e equipamentos e m  veis e utens  lios no montante de R\$ 87, em decorr  ncia de execu  es fiscais e reclama  es trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que n o possui imobilizado em constru  o/andamento que justifique a capitaliza  o de encargos financeiros no custo do bem.

Determinados itens do ativo imobilizado s o utilizados conforme a demanda dos espet  culos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas n o obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2019, h  aproximadamente R\$ 14.772, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Muta  o do intang  vel

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	1.933	3.022	3.113	4.099
Adi��es:				
Software	-	17	132	301
Marcas e patentes	-	-	1.640	-
Outros direitos de propriedade industrial, de servi��os e operacionais	-	-	301	-
Amortiza��o (1)	(1.010)	(1.106)	(1.332)	(1.133)
Baixas l��quidas	(245)	-	(473)	(253)
(-) Corre��o monet��ria na Argentina.	-	-	-	99
Saldo final	678	1.933	3.381	3.113

(1) A amortiza  o   contabilizada como custo dos servi  os prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa n  24.b).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	12.682	17.201	32.353	64.117
Fornecedores estrangeiros	9.472	157	9.977	458
Total	22.154	17.358	42.330	64.575

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Debêntures (a)	CDI + 1,6225%	2021	121.135	120.896	121.135	120.896
Passivo de arrendamento (b)	CDI + 1,6225%	2024	21.033	-	34.927	-
Total			142.168	120.896	156.062	120.896
Parcela do passivo circulante			49.544	896	52.627	896
Parcela do passivo não circulante			92.623	120.000	103.435	120.000

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, R\$ 40.000 em 2020, R\$ 40.000 em 2021 e R\$ 40.000 em 2022.

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio (naming rights).

b) Passivos de arrendamento

Dos contratos que foram impactados pela norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia considerou os contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias com prazos de cinco anos e de acordo com a intenção da Companhia quanto a certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto que foi baseada na taxa de captação da Companhia (CDI + 1.6225%).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	21.458	37.254
Juros do período	1.734	2.888
Adição por novos contratos	7.278	7.278
Contraprestação paga	(9.532)	(13.448)
Ajuste por remensuração	95	95
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	21.033	34.927

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Vencimento das prestações		
2020	9.730	13.781
2021	8.859	12.909
2022	2.352	6.402
2023	1.760	5.811
2024	733	733
Valores não descontados	23.434	39.636
Juros embutidos	(2.401)	(4.709)
Saldo do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2019	21.033	34.927

Abaixo é apresentado o indicativo do diretio potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Fluxos de Caixa		
Contraprestação do arrendamento	23.434	21.033
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.168	1.946

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
COFINS a recolher	2	1.037	244	1.154
PIS a recolher	-	224	53	249
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.393	1.401	2.097	1.590
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.042	2.525
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	315	394	315	161
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	53	990
IVA - imposto de valor agregado	-	-	143	1.857
ICMS a recolher - faturamento	11	-	11	-
INSS de terceiros a recolher	154	148	283	270
Outros	117	168	154	894
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	72	141
Passivo circulante	1.992	3.372	4.467	9.831
Parcelamento de ISS (b)	626	1.036	626	1.036
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a)	155	4.069	155	4.069
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	130	274
Passivo não circulante	781	5.105	911	5.379

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$ 5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo remanescente é de R\$ 155 (R\$ 4.069 em 31 de dezembro de 2018). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB N°15/2014, e homologado pela Receita Federal do Brasil no segundo semestre de 2019.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2019 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$ 942 (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2018).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2019 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 65 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contratos de "naming rights" (a)	6.391	8.886	6.391	8.886
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	9.859	7.829	19.663	11.013
Eventos privados (b.2)	638	528	639	529
Vendas antecipadas de ingressos (c)	80.858	77.608	80.858	99.216
Total	97.746	94.851	107.551	119.644

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 31 de dezembro de 2019 os valores a serem apropriados na controladora e no consolidado são de R\$ 3.266 em 2020, R\$ 2.881 em 2021 e R\$ 244 em 2022.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras. Em 31 de dezembro de 2019 aos valores a serem apropriados em 2020 será de R\$ 9.859 na controladora e de R\$ 19.663 no consolidado.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas. Em 31 de dezembro de 2019 os valores a serem apropriados em 2020 será de R\$ 638 na controladora e de R\$ 639 no consolidado.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas	4.470	4.743	5.750	6.208
Cíveis	2.537	1.267	4.671	1.783
Tributários	195	1.034	8.899	1.297
Total	7.202	7.044	19.320	9.288
Não circulante	7.202	7.044	19.320	9.288

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) autuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de R\$ 40 MM, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações autuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente de julgamento o recurso interposto pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 8.791, e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 5.584, para 31 de dezembro de 2019.

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 146.282 (R\$ 107.548 em 31 de dezembro de 2018).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acréscido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2019, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 66.225 (R\$ 53.831 em 31 de dezembro de 2018).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2019, o valor estimado do processo é R\$13.011 (R\$12.661 em 31 de dezembro de 2018).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2019, o valor envolvido era de R\$ 5.616 (R\$ 5.455 em 31 de dezembro de 2018).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado dos dois processos é de R\$12.715 (R\$12.330 em 31 de dezembro de 2018).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.822 (R\$2.729 em 31 de dezembro de 2018).

f) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2019 o valor da causa é de R\$5.300.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$10.750 (R\$8.959 em 31 de dezembro de 2018).

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 32.900 (R\$ 28.307 em 31 de dezembro de 2018).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$2.713 (R\$2.440 em 31 de dezembro de 2018) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$1.383 (R\$1.252 em 31 de dezembro de 2018), em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou recurso e aguarda-se o julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de "Quidam", nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$1.212 (R\$1.110 em 31 de dezembro de 2018), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda "Iron Maiden", ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2019 o valor em discussão é de R\$1.865 (R\$1.692 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

e) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2019, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$ 10.179 (R\$ 10.477 em 31 de dezembro de 2018).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora

	2018	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2019
Trabalhistas	4.743	(419)	-	146	4.470
Cíveis	1.267	1.127	(2)	145	2.537
Tributário	1.034	(844)	-	5	195
Total	7.044	(136)	(2)	296	7.202

Consolidado

	2018	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2019
Trabalhistas	6.208	(104)	(452)	245	(147)	5.750
Cíveis	1.783	2.830	(2)	145	(85)	4.671
Tributário	1.297	7.589	-	13	-	8.899
Total	9.288	10.315	(454)	403	(232)	19.320

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2018
Lucro líquido do exercício	8.384
(-) Reserva legal	(419)
Base de cálculo dos dividendos	7.965
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.991
Dividendos adicionais propostos - 25%	1.991

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 32).

g) Ações em tesouraria:

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa").

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)
214.600	2.131	6,10	9,88	10,77	1.341.250

h) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados.

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta:				
Serviços	344.784	442.280	443.859	662.797
Produtos	1.555	138	2.477	2.169
Impostos incidentes	(42.416)	(56.545)	(52.642)	(66.583)
Receita líquida	303.923	385.873	393.694	598.383

24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 25)	(23.411)	(21.801)	(30.785)	(33.224)
Serviços de terceiros	(23.547)	(21.704)	(28.569)	(27.368)
Utilidades e facilidades	(1.234)	(1.374)	(3.541)	(3.940)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(48)	28	(3.603)	939
Outras despesas	(2.012)	(1.098)	(6.473)	(6.109)
Despesas	(50.252)	(45.949)	(72.971)	(69.702)
Vendas	(882)	(661)	(1.293)	(1.207)
Gerais e administrativas	(41.927)	(37.141)	(63.920)	(58.818)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(7.443)	(8.147)	(7.758)	(9.677)
Total das despesas por natureza	(50.252)	(45.949)	(72.971)	(69.702)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(107.660)	(158.843)	(124.174)	(219.437)
Transportes e locações	(41.744)	(52.192)	(52.119)	(66.302)
Serviços de terceiros	(27.713)	(28.163)	(43.560)	(44.597)
Viagens e locomoção	(5.740)	(7.075)	(7.942)	(9.199)
Utilidades e facilidades	(13.189)	(20.439)	(17.855)	(26.196)
Mídia e publicidade	(13.389)	(13.466)	(16.795)	(21.037)
Depreciação e amortização	(11.631)	(3.256)	(17.267)	(5.272)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 25)	(5.501)	(3.833)	(7.629)	(7.317)
Custos de produção	(26.139)	(23.943)	(49.779)	(102.097)
Total	(252.706)	(311.210)	(337.120)	(501.454)

25. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários e bonificações	(13.632)	(11.012)	(20.463)	(21.403)
Despesa de férias	(982)	(1.425)	(1.137)	(1.626)
Despesa de 13º salário	(881)	(870)	(1.208)	(1.292)
Encargos sociais	(5.870)	(5.064)	(7.401)	(7.404)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(1.819)	(3.744)	(1.934)	(4.045)
Pagamentos baseados em ações	(2.146)	(1.203)	(2.146)	(1.203)
Outros benefícios a empregados (i)	(3.582)	(2.316)	(4.125)	(3.568)
Total de despesas com benefícios a empregados	(28.912)	(25.634)	(38.414)	(40.541)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(5.501)	(3.833)	(7.629)	(7.317)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(23.411)	(21.801)	(30.785)	(33.224)
Total	(28.912)	(25.634)	(38.414)	(40.541)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(1.969)	(538)	(2.831)	(157)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(773)	(984)	(1.948)	(985)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(529)	(653)	(529)	(653)
Juros com debêntures	(9.095)	(2.267)	(9.095)	(2.267)
Outras(i)	(2.661)	(4.272)	(17.301)	(17.305)
Total	(15.027)	(8.714)	(31.704)	(21.367)

(i) Inclui o valor total de R\$ 14.003 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.025	-	2.971	2.345
Rendimentos de aplicações financeiras	8.477	7.742	8.225	7.605
Outras(i)	728	528	1.040	1.042
Total	10.230	8.270	12.236	10.992

(i) Inclui o valor total de R\$ 815 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(14.488)	(15.095)	(9.818)	(17.334)
Ativas	13.026	13.475	11.579	22.421
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(21.445)	(1.746)	(21.551)	(1.804)
Ativas	1.179	2.313	1.265	2.731
Total	(21.728)	(1.053)	(18.525)	6.014

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(10.743)	5.708	(21.479)	2.911
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(512)	67	(547)	(29)
Outras	493	595	921	2.061
Perda por redução ao valor recuperável do intangível	(1.771)	-	(1.771)	-
Total	(12.533)	6.370	(22.876)	4.943

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesa de IRPJ corrente	42	(2.998)	(607)	(7.330)
Despesa de CSLL corrente	15	(940)	(92)	(1.118)
IRPJ e CSLL diferidos	12.436	(6.049)	14.529	(8.738)
Total	12.493	(9.987)	13.830	(17.186)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro (prejuízo) do período antes do IRPJ e da CSLL	(83.282)	18.371	(85.609)	27.809
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	28.316	(6.246)	29.107	(9.455)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(1.473)	80	(2.226)	(23)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(4.161)	-
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(602)	(161)
Controlada tributada no exterior	-	-	(8.542)	(7.138)
Resultado de equivalência patrimonial	(14.454)	(3.412)	-	-
Perdas em investimentos e outros resultados	-	-	(915)	-
Plano de remuneração baseado em ações	(730)	(409)	(730)	(409)
Outros itens	834	-	1.899	-
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	12.493	(9.987)	13.830	(17.186)
% alíquota efetiva	15%	54%	16%	62%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	2017	Variação do exercício	2018	Variação do exercício	2019
Controladora					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	191	(9)	182	16	198
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.417	(5.022)	2.395	54	2.449
Prejuízos fiscais	33.779	(1.295)	32.484	6.419	38.903
Base negativa de CSLL	13.038	(403)	12.635	2.714	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(756)	157	(599)	593	(6)
Outras provisões	1.511	523	2.034	(424)	1.610
Total do ativo líquido	55.180	(6.049)	49.131	9.372	58.503

	2017	Variação do exercício	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2018	Variação do exercício	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2019
Consolidado							
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	409	(49)	164	524	2.756	52	3.332
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.677	(6.330)	19	1.366	1.178	(2)	2.542
Prejuízos fiscais	33.909	(1.025)	108	32.992	5.911	-	38.903
Base negativa de CSLL	13.038	(403)	-	12.635	2.714	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(756)	157	-	(599)	593	-	(6)
Outras provisões	5.250	1.635	48	6.933	(5.104)	580	2.409
Total do ativo	59.527	(6.015)	339	53.851	8.048	630	62.529
Impostos diferidos passivos sobre:							
Não circulante:							
Outras provisões	-	(3.727)	-	(3.727)	3.389	-	(338)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(203)	38	-	(165)	25	-	(140)
Total do passivo	(203)	(3.689)	-	(3.892)	3.414	-	(478)
Total líquido	59.324	(9.704)	339	49.959	11.462	630	62.051

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	41.052	31.665
Diferenças temporárias dedutíveis	-	(438)
	41.052	31.227
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	13.958	10.617

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos anos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2020	6.649	6.649
2021	7.014	7.635
2022	7.468	8.089
2023	7.972	8.593
2024	8.456	9.077
2025	8.374	8.995
a partir de 2026	12.570	13.491
Total	58.503	62.529

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 22).

29.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(121.135)	(120.896)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	12.919	15.822
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	146.822	137.216
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	35.745	39.635
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(28.279)	(26.335)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	66.533	87.453
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(22.154)	(17.358)
Total de exposição			90.451	115.537
Efeito no resultado			4.259	(4.105)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(121.135)	(120.896)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	18.457	24.961
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	191.193	176.990
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	8.509	7.389
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	76.909	141.243
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(42.330)	(64.575)
Total de exposição			131.603	165.112
Efeito no resultado			7.890	(8.348)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 1,6225% ao ano para a emissão de 2018. (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 26).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

29.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia avalia a necessidade de contratação de hedge quando existe risco de exposição à moeda estrangeira com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real, de forma a atender necessidades pontuais de pagamentos de conteúdos estrangeiros.

Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	12.919	15.822	12.919	15.822
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.710	4.196	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	2.337	15.400	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(28.279)	(26.335)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(9.472)	(157)	(9.977)	(458)
Total de exposição			(17.785)	8.926	2.942	15.364

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 mil convertidos para moeda nacional em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 22.169, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2019 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		Cenário			
		2019	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(121.135)	(128.332)	(129.637)	(130.954)
Aplicações financeiras	Redução	141.821	147.521	148.943	150.378
Exposição líquida		20.686	19.189	19.306	19.424

	Risco	Consolidado			
		Cenário			
		2019	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(121.135)	(128.332)	(129.637)	(130.954)
Aplicações financeiras	Redução	186.192	205.110	209.836	214.575
Exposição líquida		65.057	76.778	80.199	83.621

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$ 1.497 na controladora e positivo de R\$ 11.721 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 1,6225% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro 2019.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$ 1.380 na controladora e positivo de R\$ 15.142 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$ 1.262 na controladora e positivo de R\$ 18.564 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2019 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2019	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	12.919	13.077	16.346	19.616
Fornecedores	Aumento	(9.472)	(9.588)	(11.985)	(14.382)
Exposição líquida		3.447	3.489	4.361	5.234

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	2019	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	18.457	18.683	23.353	28.024
Fornecedores	Aumento	(9.977)	(10.099)	(12.624)	(15.149)
Exposição líquida		8.480	8.584	10.729	12.875

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$ 42 e R\$ 104 na controladora e consolidado, respectivamente nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 914 e R\$ 2.249 na controladora e consolidado, respectivamente.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 1.787 e R\$ 4.395 na controladora e consolidado, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 26).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro 2019 e de 2018, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2019	2018
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	115.000	123.339
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	238.348	250.189
		353.348	373.528

31. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 112.308.

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$36.634 para 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, posteriormente alterado nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de abril de 2012, 20 de abril de 2016 ("Plano"). Na Reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2019, o aprovou a ampliação da forma de liquidação das opções outorgadas no âmbito do Plano, de modo que o exercício das opções pelos participantes do Plano pudesse também ser liquidado em caixa, a critério da Companhia mediante anuência dos participantes. Neste caso, o exercício das opções não seria liquidado mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, mas sim em caixa. O pagamento, nesse caso, seria realizado em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira no dia 30 de abril de 2019 e a segunda no dia 30 de abril de 2020, desde que, em qualquer caso, o participante do plano permanecesse vinculado como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia até a data do respectivo pagamento.

A administração irá submeter à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020, um novo Plano de Ações Restritas, com parcela variável que considere a flutuação da cotação das ações da Companhia em 2019. Mediante essas informações, a Companhia efetuou a constituição das provisões, utilizando cálculos com base nos modelos "Monte Carlo" e "Black Scholes", com efeito no resultado de R\$ 1.261 para o plano de ações restritas e R\$ 885 pelo Plano de Opções de Compra de Ações.

Para o plano de Ações Restritas foram consideradas as premissas abaixo:

Datas de outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes	Valor justo (R\$)	Vida remanescente (anos)
17 de junho de 2019	1 ano de serviço a partir da data de outorga	192.897	5,77 a 13,17	0,5 a 5
05 de agosto de 2019	De 1 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	229.165	5,77 a 13,37	0,6 a 5

Movimentação das opções de compra de ações e ações restritas do exercício:

	Opções de compra de ações	Ações restritas
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.761.776	-
Outorgadas	-	422.061
Expiradas/canceladas	2.125.026	-
Exercidas	1.636.750	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	422.061

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

	Consolidado			
	2019			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	219.685	78.367	95.642	393.694
Custos	(277.709)	(59.411)	-	(337.120)
Lucro bruto	(58.024)	18.956	95.642	56.574
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(13.158)	(26.414)	-	(39.572)
	(71.182)	(7.458)	95.642	17.002
Despesas administrativas				(56.275)
Outros resultados com investimentos				(8.343)
Resultado financeiro				(37.993)
Prejuízo antes dos impostos				(85.609)

	Consolidado			
	2018			
		Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
	Promoção de eventos			
Receita líquida	410.650	95.893	91.840	598.383
Custos	(435.083)	(66.371)	-	(501.454)
Lucro bruto	(24.433)	29.522	91.840	96.929
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(11.861)	(18.057)	-	(29.918)
	(36.294)	11.465	91.840	67.011
Despesas administrativas				(34.841)
Resultado financeiro				(4.361)
Lucro antes dos impostos				27.809

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado		
	2019	2018
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	40.880	60.998
Brasil	336.532	421.611
Chile	16.282	115.774
	<u>393.694</u>	<u>598.383</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

	Consolidado	
	2019	2018
<u>Lucro bruto</u>		
Argentina	9.220	3.305
Brasil	45.594	75.536
Chile	1.760	18.088
	<u>56.574</u>	<u>96.929</u>
	Consolidado	
	2019	2018
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(17.166)	(17.828)
Brasil	(55.554)	29.389
Chile	(12.588)	17.045
Peru	(403)	(903)
USA	102	106
	<u>(85.609)</u>	<u>27.809</u>

34. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 6 na controladora e R\$ 35 no consolidado (R\$ 19 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018).

35. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 32).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(70.789)</u>	<u>8.384</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>67.286.065</u>	<u>67.286.065</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>67.708.126</u>	<u>69.472.065</u>
Lucro básico por ação - em reais	<u>(1,0521)</u>	<u>0,3072</u>
Lucro diluído por ação - em reais	<u>(1,0455)</u>	<u>0,2975</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme ofício-circular/CVM/SMC/SEP/nº 02/2020 sobre os efeitos do coronavírus(COVID-19) nas Demonstrações Financeiras, a Companhia monitora e acompanha diariamente junto às autoridades competentes o desenrolar do coronavírus no Brasil e demais países onde possui atividades.

O impacto nas Demonstrações Financeiras de 2019 somente se daria caso um evento cuja realização em 2020 e venda aberta em 2019 fosse cancelado. Nesse caso, poderia ocorrer o estorno de parte do resultado apropriado em 2019 (como receita com taxa conveniência e parte do patrocínio desses eventos, bem como a parcela de custos e demais gastos realizados com a mídia e divulgação dos mesmos) assim como na diminuição da posição de caixa da Companhia uma vez que ingressos comercializados e verbas de patrocínio arrecadadas antecipadamente seriam potencialmente devolvidas. Em caso de postergação dos referidos eventos, não vislumbramos tais impactos.

Caso haja qualquer alteração da situação presente, a T4F tomará as providências necessárias, com a devida informação a todos os envolvidos.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de março de 2020.
